

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS

Gustavo de Oliveira Terre

**DESIGUALDADE NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: ORIGEM, CONCEITO E PERSPECTIVAS DE  
MELHORIA.**

Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel (Trabalho de Conclusão de Curso).  
Orientador: Prof. Dr. Luiz Flávio Neubert.

Juiz de Fora  
2016

# DESIGUALDADE NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: ORIGEM, CONCEITO E PERSPECTIVAS DE MELHORIA.

INEQUALITY IN BRAZILIAN EDUCATION: ORIGIN, CONCEPT AND IMPROVED PROSPECTS.

Gustavo de Oliveira Terre

## RESUMO

O presente estudo cuja temática contempla a desigualdade da educação no Brasil, tem como objetivo geral e principal demonstrar a origem da mesma, as disparidades e por ser um tema pouco explorado apresentar uma discussão sobre as alternativas e trazer possíveis soluções para amenizar esta questão.

Uma pequena reflexão da diferença de origem entre os alunos é apresentada para enfatizar como esse fator interfere na desigualdade da educação e na reprodução da desigualdade social do País. Como alternativa para esta questão é realizado um estudo sobre o "accountability" na gestão da educação pública.

**PALAVRAS-CHAVES:** accountability, desigualdade educação, educação.

## ABSTRACT

This study whose subject includes the inequality of education in Brazil, has the general and main objective to demonstrate the origin of it, disparities and being a relatively unexplored subject present a discussion of the alternatives and bring possible solutions to mitigate this issue. A little reflection of the difference of origin among students is presented to emphasize how this factor affects the inequality of education and reproduction of social inequality in the country. As an alternative to this question is a study on the "accountability" in the management of public education.

**KEYWORDS:** accountability, education inequality, education.

## 1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho abrange a desigualdade da educação no Brasil, citando aspectos como o tipo de colonização que o país recebeu e a chegada dos escravos, e como esses fatores se desdobraram no quadro que o país enfrenta hoje. Justifica-se a elaboração deste artigo com o fato da desigualdade na educação e a baixa qualidade na mesma serem um grande entrave para o desenvolvimento do país em todos os setores e por esta (desigualdade) ser também um limitador de oportunidades sendo assim um cerceador da cidadania de grande parcela da sociedade.

O problema é que os jovens oriundos de camadas sociais mais baixas, ou de regiões isoladas geograficamente não tem acesso a uma educação de qualidade, ou por muitas vezes não tem acesso à educação alguma. E isso acaba por se tornar um processo de reprodução da pobreza, manutenção do "status quo" e um engessamento das classes, dificultando a mobilidade social assim como impedindo o país de se desenvolver mais rapidamente como um todo.

Tem-se como objetivo geral deste trabalho a apresentação dos pontos acima citados e o apontamento para uma solução ou amenização deste problema. Dentro dessa alternativa estão a política de responsabilidade "accountability" e um projeto de democratização da educação.

## 2. ORIGEM

A origem da desigualdade brasileira não pode ser descrita em uma única linha história de forma regular, pois o Brasil é um país de dimensões continentais e são diferentes as trajetórias históricas de cada região, como exemplos poderíamos apresentar a disparidade entre as regiões Nordeste e Norte em comparação a região Sul.

A questão se origina com o colonialismo português e se agrava com o processo da abolição formal da escravidão de africanos e descendentes porém foi com o crescimento econômico e com o aumento das cidades e a migração do campo para a cidade que esse problema se agravou e se evidenciou como um problema de proporções nunca antes vistas.

O que será o objeto de estudo desse trabalho: a desigualdade de educação que analisaremos pelo viés de origem no que a questão de descendente de escravos e índios terem menos acesso a educação e se esse acesso é igualitário em questão de qualidade. Também abordaremos questões que vem de encontro a esse problema como uma possível solução como o “accountability”.

Por questões no próprio processo de formação histórica o Brasil, sempre se mostrou um país com grande índice de desigualdade em vários aspectos da vida civil. E nesse grande rol de desigualdades uma deve ser destacada que é desigualdade no acesso a educação, que poderia ser divididas em dois aspectos primordiais: o acesso a uma educação formal e o acesso a uma educação de qualidade, pois um processo de educação formal ineficaz acaba por somente reproduzir a desigualdade.

O motivo pelo qual a desigualdade na educação ser o destacado é que através da educação formal que o individuo consegue ascender socialmente em uma sociedade moderna. Já que para ocupar cargos de alta relevância social é necessário um alto nível de educacional. Até porque os cargos de alto status e recompensas no mercado de trabalho exigem a escolarização no processo de educação formal como elemento obrigatório. Se o individuo não possui esta formação ele é privado de uma vasta gama de ocupações. Sendo assim, um jovem de uma classe social vulnerável que precisa estudar e trabalhar de forma remunerada simultaneamente, ou que não possui acesso a uma unidade educacional por qualquer que seja a razão como inviabilidade de transporte ou por omissão estatal que não lhe fornece vagas por exemplo. Este encontra maior de dificuldade para alcançar um nível elevado de educação.

Vista que a importância da educação formal em quase todos os setores da sociedade moderna deve se buscar a razão pela qual no Brasil há essa disparidade tão grande que acaba por reproduzir a desigualdade desde os primeiros processos de modernização no século XX.

Sobre essa estrutura desigual é notável que há um sistema que reproduz a mesma, essa perpetuação e os reflexos dessa problemática é abordada por Julia Varela e Fernando Alvarez (1992), o quais descrevem esse processo de uma forma didática, analisando o processo histórico de maneira mais completa.

Os autores voltam na história para analisar o processo desde um momento anterior ao vivido em nossa realidade e citam que a educação formal foi o caminho que a Igreja encontrou para recuperar ou mesmo

tentar minimizar a sua perda de poder e influencia em face ao estado absolutista na Europa. Desde este período já havia uma diferenciação de educação para aqueles que teriam uma infância rica e aqueles destinados a uma infância pobre:

“Em consequência se instituíram, pouco a pouco, diferentes infâncias que abarcam desde a infância angélica e nobilíssima do Príncipe, passando pela infância de qualidade dos filhos das classes distinguidas, até a infância rude das classes populares. Não é necessário dizer que os eclesiásticos prestaram especialíssima atenção às duas primeiras, ou infâncias de elite, já que sua influência sobre elas é decisiva para a conservação e extensão da fé e de seus próprios privilégios.” (VARELA & ALVAREZ-URIA 1992 p. 5)

É notável que a desigualdade social produz uma diferenciação na própria educação e assim diferentes grupos recebem diferentes formas de educação, o que acaba por influencia o próprio tratamento e a trajetória de vida da criança como o autor deixa claro no texto :

A infância rica vai ser certamente governada, mas sua submissão à autoridade pedagógica e aos regulamentos constitui um passo para assumir melhor, mais tarde, funções de governo. A infância pobre, pelo contrário, não receberá tantas atenções, sendo os hospitais, os hospícios e outros espaços de correção os primeiros centros-piloto destinados a modelá-la. E, assim como a constituição da infância de qualidade aparece estreitamente vinculada à família, praticamente desde seus começos filhos de família, a da infância necessitada foi em seus princípios o resultado de um programa de intervenção direta do governo. (VARELA & ALVAREZ-URIA 1992)

É notável que deva haver algumas ressalvas ao comparar uma desigualdade na educação na época do absolutismo na Europa em face da desigualdade educacional que vem ocorrendo no Brasil. A desigualdade na educação no Brasil é uma questão antiga que se originou na própria formação histórica e cultural do país, tendo início na chegada dos portugueses no âmbito da divisão internacional entre metrópole e colônia.

## **2. NEGRO**

Outro reflexo que por sinal é o que vamos tratar neste artigo é referente à população descendente dos escravos, que até hoje são maioria entre as classes menos favorecida e que com o tempo se mesclou com índios e imigrantes, formando essa grande massa de pessoas que alguns autores chamam de “não-brancos” para efeitos de comparação, que tem grande dificuldade em ter acesso a educação formal de qualidade e posterior dificuldade em conquistar uma ascensão social na vida adulta.

A questão do negro no que tange a própria a desigualdade é uma questão bem complicada e que trás divergências entre os próprios autores, pois uma corrente foca seus estudos em uma questão de classe e acredita que o fator econômico é o mais relevante para se problematizar a questão. Por outro há autores que defendem que a questão de raça é de suma importância para o entendimento correto da desigualdade social brasileira.

Partindo desse ponto é muito complicado defender uma ou outra corrente, porém o que é digno de nota é um ponto levantado por Oracy Nogueira (1985) de que no Brasil diferentemente dos Estados Unidos não existe o preconceito de origem, já que lá as relações entre brancos e negros são muito mais conflituosas e desiguais que no Brasil. O autor completa que qualquer indivíduo que tenha a mínima descendência de sangue negro pode ser discriminado. Claro que devemos lembrar que algumas situações se abrandaram com os movimentos liderados por Martin Luther King e os negros norte-americanos alcançaram resultados expressivos após diversos movimentos sociais.

Partindo desse ponto vemos que apesar de termos uma disparidade muito grande na educação de brancos e não brancos, talvez a raiz do problema não seja meramente racial, mas sim de cunho social, uma questão de classe. Até porque no Brasil não houve uma política de segregação racial, mas, sim, social, onde ex-escravos e imigrantes em situação de trabalho precária.

Em contrapartida há o argumento de que como as classes menos favorecidas são de origem negra e trazem de certa forma essa desvantagem histórica do período da escravidão, portanto, seria válido interpretá-lo como uma questão racial, apesar das divergências. Segundo Silva (2000):

“No Brasil esse debate, que vem se realizando nas últimas décadas por alguns pesquisadores, foi precedido pelo estudo dos grupos de cor, concepção baseada nos fenótipos e na posição social do indivíduo, mas não havia uma discussão aprofundada do conceito. A principal justificativa para a negação da existência das raças no Brasil foi a “brandura” das relações entre brancos e negros e especialmente o processo de embranquecimento que apologeticamente foi encampado pela maioria dos nossos pesquisadores. Embranquecimento era visto como estágio de ascensão social do ex-escravo que, pela sua condição, era considerado inferior. (SILVA,2000 p;103)

Não distante desta questão há a implementação da política de cotas que visa diminuir essa desigualdade reservando parte das vagas para auto declarados negros oriundos de escola pública, porém essa medida paliativa obteve resultado tímido como podemos ver na pesquisa a baixo:

“Dados apresentados pelo Gemma em seu estudo “O impacto da Lei 12.711 sobre as universidades federais”, de novembro de 2013, indica um crescimento no número de estudantes negros as universidades comandadas pela União. “Em 2003, pretos representavam 5,9% dos alunos e pardos 28,3%, em 2010 esses números aumentaram para 8,72% e 32,08%, respectivamente”, aponta o documento” (Fonte: <http://revistaforum.com.br/digital/138/sistema-de-cotas-completa-dez-anos-nas-universidades-brasileiras/>)

### **3. INSTITUCIONAL**

Segundo Varela e Alvarez -Uria (2004) apresenta a desigualdade na educação institucional não é um privilégio do estado brasileiro. Há sempre essa diferenciação entre “infância pobre” que seriam aqueles que deveriam aprender a obedecer para ocupar posições inferiores que variam de acordo com o

momento histórico e aqueles de “infância rica” que estariam sendo preparados para de alguma forma mandar ou gerenciar. Trazendo essa perspectiva para um cenário mais próximo, Carlos Hasenbalg e Nelson do Valle Silva mostram em seu trabalho “Educação e Diferenças Raciais na Mobilidade Ocupacional no Brasil” que essa manutenção do “status quo” pela desigualdade educacional é uma realidade que vigora no Brasil:

“A primeira conclusão, derivada da comparação das matrizes de mobilidade dos dois grupos, foi que os não-brancos experimentam um déficit considerável de mobilidade social ascendente, o que permite rejeitar a hipótese de igualdade de oportunidades para os diferentes grupos de cor. Os padrões de mobilidade intergeracional mostraram que entre as pessoas nascidas no estrato mais baixo, de ocupações rurais, os brancos têm uma pequena vantagem nas chances de ascensão social. Contudo, os diferenciais inter-raciais de mobilidade ascendente passam a ser maiores ao considerar as pessoas nascidas nos estratos ocupacionais mais elevados. Além disso, não só os diferenciais de mobilidade ascendente crescem ao se passar para os estratos mais altos, como também os não-brancos estavam expostos a probabilidades muito mais elevadas de demissão ou mobilidade social descendente, como era evidente nos nascidos nos dois estratos mais elevados (não-manual e alto). No que se refere à conversão da posição social de origem em educação, a constatação mais notória foi que os entrevistados não-brancos mostram uma distribuição educacional mais concentrada na base, qualquer que seja o estrato de origem que se adote como referência da comparação. Por último, no que diz respeito à conversão da educação adquirida em posições da hierarquia ocupacional, notou-se que qualquer que seja o nível educacional considerado, os não-brancos se concentram mais do que proporcionalmente nos estratos ocupacionais inferiores e que as magnitudes das diferenças nas distribuições ocupacionais tendem a se agravar ao se passar para os níveis educacionais mais elevados.”( HASENBAIG &SILVA, 1998 p.3)

### 3.1 EXCLUSÃO

É notável que a questão da desigualdade na educação no Brasil teve origem na chegada de uma grande quantidade de escravos que depois se viram livres, mas sem tirar vantagens por conta da situação precária em que se encontravam. Porém a questão que mais nos interessa aqui é a razão pela qual depois de transcorrer um tempo significativo o país não conseguiu minimizar esta disparidade. Temos como um tipo de premissa que a escola pública e universal seria um sistema de nivelamento das jovens crianças e com o passar de todo o processo as diferenças de origem acabariam por não influenciar tanto na saída dessas crianças quando jovens adultos, até porque

“A escola é objeto das políticas de equalização desde a consolidação dos primeiros sistemas laicos de educação pública. Essa escola única passa a ser, principalmente na segunda metade do século XX, uma instituição vista como veículo de mobilidade social e promotora de equalização.” (TAVARES, CHEIN & FREGUGLIA, 2013 p;52)

Vemos que se a premissa da equalização das crianças através da escola pública fosse eficaz no prazo de uma geração, o país teria um grande salto no que tange a desigualdade social e no que se refere a igualdade de oportunidades, minimizando assim as diferenças de origem das crianças. O artigo “A produção da exclusão educacional no Brasil (2014)” ao estudar esta questão, a sistematiza em três pontos importantes para se ter essa “democratização da educação”.

O primeiro respectivamente seria o acesso que não é só a função do Estado em oferta vagas, mas também que essas vagas sejam aproveitadas por alunos, transformando-as em matrículas efetivas nas diferentes séries e níveis de acordo com uma demanda. Até porque seria incompatível com a realidade um grande número de vagas ofertadas no ensino médio caso, houvesse um gargalo no ensino fundamental sendo que este tornaria inviável a utilização dessas vagas sendo um desperdício do dinheiro público e contribuiria para agravar a situação de desigualdade:

“Observa-se que os Sistemas de Ensino no Brasil conseguem enfrentar, com relativo sucesso, os desafios de acesso, sejam eles em quais níveis forem. No entanto, o fazem de maneira muito lenta e sem conseguir atingir toda a população, o que sempre mantém uma parcela excluída. Assim, apesar destes largos avanços, o acesso continua a ser um desafio. Não em função da oferta bruta de matrículas no ensino fundamental, mas em função, principalmente, de sua distribuição geográfica, de sua capacidade de pleno atendimento ao longo das transições educacionais e da oferta de modalidades de ensino adequadas à variada demanda social, em especial de ensino profissionalizante e educação especial. Preocupante também é a persistência do analfabetismo juvenil. Apesar de toda esta expansão das vagas, ainda há jovens brasileiros que, sistematicamente, chegam aos 15 anos sem saber ler e escrever.” (TAVARES, CHEIN & FREGUGLIA 2013 p;56)

O segundo ponto levantado pelos autores e no que tange a eficiência, pois como já foi exposto o acesso é primordial para que as crianças de diferentes extratos sociais consigam vencer as diferenças de origem e saírem da escola com um bom nível de aproveitamento do que foi ensinado, desta forma o acesso deve abrir oportunidades reais para os usuários do sistema público de educação. Sendo assim os professores que elaboram o artigo propõem como primordial o rendimento dessas crianças, uma forma de visar minimizar as reprovações. A diminuição nas distorções de séries e de uma ótima maneira de garantir a esse aluno uma oportunidade de estar com o ensino caminhando e diminuindo assim distorções como reprovações e até diminuindo a chance da evasão escolar

“Em outras palavras, dado que a população alvo das políticas educacionais, em especial as crianças em idade escolar, consegue obter acesso ao sistema de ensino através das matrículas em escolas regulares, importa converter este acesso em anos de estudo completos, ou seja, ser aprovado na referida série estudada e assegurar sua matrícula, no ano seguinte, até a conclusão do nível de ensino iniciado: fundamental, médio ou superior. Um sistema eficiente ou de bom rendimento é aquele em que as crianças completam o nível fundamental em 9 anos e/ou o nível médio em 3 anos. Em geral, a reflexão acerca do rendimento está centrada nas categorias de fluxo (aprovação, reprovação e evasão / abandono) e na distorção idade-série.

Quanto maior a aprovação, melhor o rendimento. Quanto menor a distorção idade-série, melhor o rendimento. Em geral, tais indicadores estão relacionados, sendo a reprovação e a evasão / abandono as principais causas da distorção idade-série. (TAVARES, CHEIN & FREGUGLIA 2013 p;57).

O terceiro ponto abordado no artigo é o que tange ao desempenho dos anteriores digamos que há o acesso e há eficiência em outras palavras o aluno consegue entrar no sistema de educação e consegue ir subindo de grau e avançando de fases de acordo com o proposto originalmente. O desempenho é justamente ver se esse processo foi proficiente é averiguar se o aluno que teve o acesso e conseguiu se manter e se formar conseguiu absorver o conteúdo apresentado durante o curso e por o mesmo em pratica, tendo assim o domínio pleno das habilidades previstas para o estagio em que ele se encontra. Posto isso em pratica vemos que seria uma solução não só para a desigualdade educacional no Brasil, ou em qualquer outro país. Mas também seria uma forma de diminuir a diferença de origens e diminuir a dicotomia entre aqueles que possuem origem nos colonizadores e aqueles que chegaram em uma situação de desvantagem e se mantem nessa ate os dias atuais.

### **3.2 ACCOUNTABILITY**

Como foi demonstrado anteriormente a desigualdade da educação no Brasil tem forte ligação com a origem, a classe mais afetada hoje pela falta de acesso a educação de qualidade é em sua maioria a parcela da sociedade que descende de povos escravos: ou seja negros, índios e mestiços.

Para contornar essa realidade um caminho seria o aprimoramento na gestão de recursos, tentando assim se fazer mais com menos recursos. De encontro a essa premissa temos o “*accountability*”. No tópico anterior quando o artigo “A produção da exclusão educacional no Brasil” foi citado ele apresenta uma alternativa para democratizar a educação através de melhorias e acertos pontuais na relação de oferta de vagas com o aproveitamento das mesmas e que as mesmas desempenhem sua função de ensinar o conteúdo previsto de maneira que o aluno esteja capacidade a emprega-lo ao fim de cada modulo.

O “*accountability*” seria uma forma que somada a essa poderia produzir efeitos satisfatórios para a realidade do país, que necessita de mudanças urgentes como cita o portal G1:

“Apesar da melhora em relação aos conhecimentos básicos, os alunos brasileiros ficaram apenas no 58º lugar em matemática entre os 65 países e territórios analisados no último estudo PISA. Com essa classificação, o Brasil se situa abaixo da Albânia e da Costa Rica. O Brasil totalizou 391 pontos em matemática, de acordo com o PISA. A média dos países da OCDE é de 494 pontos.” ( G1 10/02/2016 06h59 - Atualizado em 10/02/2016 07h05)

O “*Accountability*” é uma politica de responsabilidade que já é aplicada em outros países e ate mesmo em empresas. Esta seria uma resposta à falha na burocracia Weberiana que acreditava que essa atribuição de cargos e deveres iria acarretar um processo mais rápido e sem distorções. Porem essas distorções acontecem si, por mais que se acredite que o órgão estatal seria o regulador e iria prevenir essas distorções vemos que a estrutura do Estado é feita por seres humanos e os menos estão sujeitos a falha e a vícios de conduta. Sendo este um aspecto incalculável e de aspecto individual, a politica de



responsabilidade acaba por trazer maior clareza ao processo e legitimidade, já que uma ação de vários membros representantes do estado comunga de mais de aspectos democráticos que uma decisão monocrática. Somando a isso há uma questão que gera muitos conflitos de interesse que é a diferenciação que deve ocorrer por parte do individuo de seus interesses privados e dos interesses públicos. Já que sem esta o aparelho estatal será utilizado para interesses particulares a despeito dos interesses da nação. Exemplo destas distorções são :

“o patrimonialismo e vícios sociais correlatos como o clientelismo, o corporativismo, a corrupção, o fisiologismo, dentre outros. Tais falhas evidenciam-se em recorrentes episódios de mau funcionamento de instituições públicas, oferta de serviços públicos de baixa qualidade, mal uso de recursos, ineficiência dos órgãos estatais, apropriação da máquina burocrática por grupos de interesses privados etc. Tais episódios podem ser classificados como sintomas da debilidade das instituições e da escassez de mecanismos de controle social que, de acordo com Melo (2001)” (MAGRONE & TAVARES ;2014 p.16)

Sendo assim, o “*accountability*” seria uma forma de resposta a essas distorções e seria um caminho descentralizador de poder, que poderia ser respeitando diferenças regionais e compartilhando o poder o poder de atuação na esfera publica em tese seria uma forma de ampliar os atores que podem intervir na representação naquele assunto específico. É um avanço muito grande e uma forma de se aproximar a uma democracia com possibilidade de participação. Seria produtivo para um país com proporções continentais como o Brasil onde cada região tem uma cultura e necessidades muito diferentes da outra. E onde um modelo centralizado de educação formal poderia ser fatal para a educação prejudicando em especial algumas regiões singulares como comunidades rurais, quilombolas e assentamentos indígenas. Essa seria justamente uma forma de implantar uma agencia que regulasse o processo, com um corpo técnico para o melhor gerenciamento de recursos e uma forma de avanço na própria representação em prol de uma maior eficiência dos gastos públicos. Desta forma o corpo deveria ser descentralizado e formado por um critério meritocratico não podendo ser aceitos indicações politico partidárias para evitar déficits no processo. Essa descentralização é de suma importância no caso brasileiro para que as diversidades culturais de cada região ou micro região sejam respeitadas ao invés de serem suprimidas por uma politica centralizada, já que seria impossível uma estratégia que cobrisse do o território brasileiro.

O artigo demonstra que o investimento em educação acaba também por elevar a complexidade da economia local, pois o processo demanda uma estrutura como livros, cadeiras e mesmo a construção de prédios para comportar os alunos o que de certa forma gera empregos e trás consigo um aquecimento da economia local mesmo que de maneira atípica. Não obstante que com o passar do tempo esses investimento acaba por trazer grandes futuros como é o caso da Coréia do sul e Irlanda que o autor cita: “

São exemplos recorrentes no mass media, os países que elegeram a educação como um dos principais norteadores de suas reformas estruturais, como Coreia do Sul e Irlanda, e ascenderam ao lugar de modelos internacionais de desenvolvimento social, crescimento econômico e superação de limites históricos. Daí a relevância cada vez maior da reflexão acerca dos resultados dos sistemas educacionais: seus processos são cada vez mais

complexos, os investimentos são cada vez maiores e é preciso garantir que os resultados sejam positivos, ou seja, aprimorar a eficiência das políticas, o acompanhamento dos resultados e a melhoria de desempenho. Nesta concepção, a concorrência internacional entre as nações mais ricas por um lugar de destaque, no cenário competitivo global, motivou o surgimento de formas mais avançadas de gestão, mecanismos de acompanhamento dos resultados e gradativa redefinição dos papéis dos atores sociais. A preocupação com a eficácia dos investimentos, a implantação de sistemas de avaliação ou aferição de desempenho (assessment), a ampliação da autonomia das escolas e o aumento da atenção na qualidade da educação criaram as bases para que surgissem os primeiros modelos de responsabilização (accountability) que, consideram os “gestores e outros membros da equipe escolar, como co-responsáveis pelo nível de desempenho alcançado pela instituição”. (BROOKE: 2006, 378)” (MAGRONE & TAVARES ;2014 p.20)

Para esse processo o autor busca o exemplo norte americano que segundo Brooke se baseia em quatro pontos principais para por em pratica o processo:

“os ingredientes básicos dos sistemas de responsabilização seriam quatro:

- 1) *Autoridade*: decisão por parte da autoridade educacional de tornar públicas as diferenças de nível de desempenho entre as escolas;
- 2) *Informação*: aplicação de uma forma padronizada e comparável de avaliação (assessment).
- 3) *Padrões*: estabelecimento de critérios uniformes para analisar quais escolas apresentam melhor desempenho;
- 4) *Conseqüências*: aplicação de incentivos e sanções, conforme critérios estabelecidos.” (MAGRONE & TAVARES ;2014 p.21)

Como vemos esse procedimento busca através de uma melhora na gestão de recursos se baseando em estruturas autônomas, para gerir de forma melhorada o dinheiro publico e assim fazendo mais com menos. Esse modelo poderia ser uma alternativa para diminuir a desigualdade e da educação no Brasil. Sendo uma importante ferramenta para a diminuição das desigualdades sociais em todos os setores da sociedade. Pois diminuiria as diferenças de origem a cada geração, seria um importante fator para fornecer oportunidade e uma melhora na qualidade de vida principalmente nos filhos dos mais pobres principalmente.

Esse processo seria muito importante não só para suavizar a questão da desigualdade social no país, mas como uma forma de desenvolvimento da sociedade como um todo. Já que sociedades mais desenvolvidas precisam se dividir em extratos para funcionar melhor de forma que para termos uma produção maior é necessária que hajam técnicos formados e minimamente capacitados para desempenhar a sua função como proposto no artigo “A produção da exclusão educacional no Brasil” porque assim seria possível o país suprir a mão de obra em diferentes cargos para que a sociedade funcione como um corpo vivo em que um acaba por desempenhar uma função que contribui para a

sociedade e indiretamente para o bem dos outros mesmo que de uma forma isolada sem um precisar conhecer o outro como funciona nas sociedades grandes e complexas.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

É de suma importância perceber a relevância da educação em um país e que a desigualdade nesta gera problemas como atrasos no desenvolvimento do mesmo, quedas no IDH e exclusão de uma parcela da sociedade.

Vemos que existe no país um abismo educacional entre as diferentes classes, como o texto “a maquinaria escolar” demonstra há uma dicotomia entre a educação primorosa de uma elite e em contrapartida há um extrato da sociedade que luta para conseguir tem esse acesso à educação e por muitas vezes este não é suficiente para sanar as necessidades básicas desse aluno não o deixando preparado para ingressar em um mercado de trabalho e desta forma, o condenando a reduzir por mais um geração a desigualdade social em que se encontra por uma falha no processo educacional.

Uma possível forma de erradicar essas sequelas que nasceram no processo de formação brasileiro e que se perpetua geração após geração é maximizar a eficiência do processo educacional aumentando o aproveitamento do aluno e do dinheiro público.

A efetivação da melhora no processo educacional nacional não só seria uma forma de possibilitar um aumento da mobilidade social elevando assim o índice desenvolvimento humano (IDH), como também diminuiria a pobreza e o numero de excluídos no país. E a médio e longo prazo poderiam elevar o país a um nível muito superior do que o planejado. Já que cálculos econômicos dessa espécie possuem variáveis que não podem ser previstas. Pois com a formação de profissionais de qualidade abre a possibilidade de investimentos em áreas tecnologias, trazendo ainda mais qualidade para a vida dos cidadãos.

Somado a isso, a democratização da educação elevaria o país a um novo patamar em rankings internacionais, já que o mesmo ocupa posições preocupantes em pesquisas como demonstra o estudo já citado.

No que tange a questão da desigualdade racial que é apontada por alguns atores como Maria Nilza da Silva podemos concluir que há duas formas de se encerrar o problema como uma questão de raça, pois os indivíduos que estão em desigualdade hoje são descendentes dos escravos que chegaram ao território brasileiros séculos atrás. Ou simplesmente encerrar como parte da desigualdade social em si, pois como o próprio Carlos Hasenbalg cita não há uma dicotomia marcada por brancos e negros no Brasil e sim entre brancos e não-brancos devido justamente a essa mistura entre povos de diferentes origens que aqui se relacionaram.

Como uma forma de resposta e reparação historia a essa questão que se iniciou com a chegada dos negros no país e apresentou uma melhora, porem que pode ser considerada tímida no decorrer dos anos que se sucedem ao fim da escravidão. Houve a implementação da “Lei de cotas” (Lei 12.711/12) que previa a reserva de vagas para alunos auto declarados negros e oriundos de escola publica.

Vemos que foi uma mudança que apresentou resultados, porém a porcentagem ainda é baixa variação de 2,82% nos alunos pretos e 3,78% em sete anos segundo dados do Gemma em seu estudo “O impacto da Lei 12.711 sobre as universidades federais”. Baseando-nos nestes dados podemos trabalhar a ideia que o problema na política pública foi abrir uma oportunidade na universidade como uma medida de contingência e forma de mostrar resultados rápidos. Quando a raiz do problema reside na formação básica que compreende o ensino básico, fundamental e médio.

Com a melhora na formação básica do aluno com as alternativas apresentadas o aluno poderia ter mais condição de se beneficiar da lei 12.711 e do programa de políticas afirmativas no país. Assim como do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) “que é um programa do Ministério da Educação destinado a financiar a graduação na educação superior de estudantes matriculados em cursos superiores não gratuitas na forma da Lei 10.260/2001.” (portal sisfies)

Até porque ações afirmativas como estas são em sua origem medidas temporárias pelo próprio princípio da isonomia tratar de forma igual os iguais de forma igual, e os desiguais de forma desigual para que eles possam atingir a igualdade. Dando assim a esses membros da sociedade que estão em desvantagem oportunidade para que consigam superar a mesma.

Se olharmos de maneira crítica tudo que foi disposto durante esse artigo é notável que as cotas seriam muito melhor aproveitadas durante esses anos se um robusto sistema de accountability fosse implantado melhorando assim o fluxo de vagas na formação básica dos alunos.

O aproveitamento e o desempenho dos mesmos seria melhorado, assim o Estado estaria tomando uma medida de contingência no acesso ao ensino superior para os alunos que não tiveram uma boa formação básica terem a oportunidade de acesso ao ensino superior.

E ao mesmo tempo estaria corrigindo o problema na base para que quando esses jovens alunos tivessem na idade de entrar no ensino superior que eles tenham uma possibilidade real de entrar sem a necessidade de cotas de qualquer espécie.

## REFERENCIA

CARVALHO, Igor “DEZ ANOS DE COTAS NAS UNIVERSIDADES: O QUE MUDOU?”, 2014. Disponível em:<<http://revistaforum.com.br/digital/138/sistema-de-cotas-completa-dez-anos-nas-universidades-brasileiras/>> Acesso em: 01 de mar. 2016.

DA AGÊNCIA BRASIL. “População brasileira é formada basicamente de brancos e pardos, diz IBGE”, 2015. Disponível em:<<http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2015-11/populacao-brasileira-e-formada-basicamente-de-brancos-e-pardos-diz-ibge>> Acesso em: 01 de mar. 2016.

FERNANDES, Daniela. “Brasil reduz alunos sem conhecimento básico de matemática, mas continua atrás em ranking”, 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/educacao/noticia/2016/02/brasil-reduz-alunos-sem-conhecimento-basico-de-matematica-mas-continua-atras-em-ranking.html>> Acesso em: 01 de mar. 2016.

HASENBALG, C. & SILVA, N. do V., Educação e Diferenças Raciais na Mobilidade Ocupacional no Brasil Trabalho apresentado no XXII Encontro Anual da ANPOCS, 27 a 31 de outubro de 1998, GT Desigualdades Sociais.

MAGRONE Eduardo; TAVARES Jr., Fernando “A “accountability” como fator de instabilidade do pacto educacional brasileiro” (Educ. foco, Juiz de Fora, v. 18 n. 3, p. 13-50 nov. 2013 / fev. 2014 )

NOGUEIRA, Oracy. *Tanto preto quanto branco: estudo de relações raciais*. São Paulo: T.A . Queiroz, 1985.

PORTAL FIES. “O que é o fies” Disponível em: <<http://sisfiesportal.mec.gov.br/fies.html>> Acesso em: 01 de mar. 2016.

SILVA, Maria Nilza da “O negro no Brasil: problema de classe ou raça?” (Revista Mediações, Londrina, v.5, n.2, p. 99-124,jul./dez. 2000)

TAVARES Jr., Fernando; CHEIN Flávia; FREGUGLIA Ricardo “A produção da exclusão educacional no Brasil” (Educ. foco, Juiz de Fora, v. 18 n. 3, p. 51-81 nov. 2013 / fev. 2014 )

VARELA, Julia & ALVAREZ-URIA, Fernando. A Maquinaria Escolar. In: Teoria e educação, 6, 1992.